

GT 11 – Política de Educação Superior**IDENTIDADE E DIVERSIDADE CAMPONESA E SEUS REFLEXOS NA
ORGANICIDADE POLÍTICA PEDAGÓGICA DA TURMA MARGARIDA MARIA
ALVES DO CURSO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS**

Ivanalda Dantas Nóbrega Di Lorenzo

1 INTRODUÇÃO

A diversidade e o reconhecimento identitário da classe camponesa se constituem como elementos indispensáveis na construção da política pública da Educação do Campo e como parte desta, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), os quais se constituem como importante marco da luta camponesa em nosso país.

Partimos da análise parcial da tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (PPGE/UFPB), no período de 2009 a 2013, inserida na pesquisa maior intitulada “A Educação Superior no Brasil (2000-2008): uma análise interdisciplinar das políticas para o desenvolvimento do campo brasileiro”. O objetivo deste artigo foi investigar quais os sujeitos que compunha a Turma Margarida Maria Alves, do curso de Ciências Agrárias, PRONERA, campus III, da UFPB, considerando as questões relacionadas ao conceito de campesinato e a diversidade que o caracteriza, bem como as contribuições dessa diversidade e identidade e seus reflexos na organicidade interna na formação pedagógica da Turma.

Através do movimento de luta pela terra, camponeses empreenderam lutas históricas que se destacam no cenário nacional, bem como no estado da Paraíba a partir da segunda metade do Século XX, e se estendem na atualidade, não apenas na luta por terra, mas pela permanência na terra conquistada e acesso a políticas públicas eficazes que demarcam as

territorializações camponesas, a exemplo da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária e as políticas educacionais destinadas a educação do campo, com destaque para a política pública do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) a partir do qual se originou a formação da Turma de Ciências Agrárias.

Os movimentos sociais entendem que para além do direito universal à educação todos tem igualmente direitos, de acordo com o princípio da igualdade social, diante da diversidade das culturas e distintos modos de produção e de vida dos povos camponeses, a educação deve contemplar as múltiplas realidades para “garantir atendimento diferenciado ao que é diferente, mas não deve ser desigual” (KOLLING; NERY e MOLINA, (1999, p. 58).

Os sujeitos da pesquisa são jovens, filhos de camponeses, assentados da reforma agrária, estudantes egressos¹ do curso de Ciências Agrárias, do PRONERA, no Campus Bananeiras, na UFPB, durante o período de 2004 a 2008. Além destes, também são sujeitos da pesquisa os parceiros responsáveis pela execução do Programa PRONERA na Paraíba, como a UFPB, esta representada por professores e coordenadores do curso de Ciências Agrárias; os coordenadores dos movimentos sociais; os funcionários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e os funcionários da Fundação José Américo.

O recorte espacial que se circunscreve no âmbito de estados e de regiões distintas do Brasil, onde residem os entrevistados, quais sejam: Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Sergipe e Maranhão, na Região Nordeste; São Paulo e Espírito Santo, na Região Sudeste; e Distrito Federal, na Região Centro-Oeste. Já o recorte temporal se dá no período de 2004 a 2012, compreendendo duas etapas distintas: o período de 2004 a 2008 quando o curso de Ciências Agrárias foi realizado e, 2008 a 2012, o período pós-curso no qual investigaremos se os saberes por ele oportunizados contribuíram para o fortalecimento da identidade e do território camponeses.

Seguimos a trajetória metodológica pautada em: a) trabalhos de Campo para nos firmar na trilha metodológica etnográfica acompanhando e vivenciando experiências junto aos estudantes egressos; b) levantamento bibliográfico; c- entrevistas com grupos focais e semi-estruturadas; c- levantamento documental em instituições governamentais; e- pesquisa via *Web* e em órgãos públicos, como os parceiros responsáveis pela execução do PRONERA, no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP; na Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e demais órgãos governamentais e não-governamentais.

¹ A partir desse momento denominamos a terminologia “estudantes egressos” para os entrevistados, que fizeram parte da turma Maria Margarida Alves, no período de 2004 a 2008, na UFPB.

Além da introdução e considerações apresentamos duas subdivisões: 1- A Política da Educação do Campo e o PRONERA; e 2- A Turma Margarida Maria Alves, do Curso de Ciências Agrárias PEC/MSC a luz do PRONERA e sua organicidade política como representação de sua diversidade identitária.

2 A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO E O PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA (PRONERA)

Na perspectiva dos Movimentos Sociais do Campo (MSC) a educação se constitui como importante elemento de emancipação social e política, integrada ao desenvolvimento agrário e às necessidades e interesses das populações camponesas. Para tanto, defendem a implementação de políticas educacionais efetivas e específicas para os povos do campo, embasadas na concepção de campo como locus de desenvolvimento da economia e de sociabilidades, pautado em relações sociais e culturais, as quais se dão nos territórios camponeses, delineando-se a partir das relações mediatizadas pelos seus sujeitos.

As lutas por Educação do Campo se tornam mais evidenciadas, a partir da realização do I Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (I ENERA)², o qual objetivou a reflexão sobre o campo brasileiro e a educação dos sujeitos que nele vivem. Revelando a realidade educacional no campo, alheia à realidade dos sujeitos do campo, os participantes do I ENERA concluíram sobre a necessidade de uma ação articulada entre os diferentes movimentos do campo, visando reivindicar políticas de educação que tomasse como parâmetro, as inúmeras experiências em desenvolvimento, nos diversos territórios e por seus diferentes povos, visando sua multiplicação, em função das demandas por educação no campo por parte dos MSC.

Desse Encontro, resultou a criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), oficializado em 16 de abril de 1998, mediante Portaria nº 10/98, voltado para a promoção da justiça social no campo, via democratização do acesso à educação, nos níveis de alfabetização, escolarização de jovens e adultos, formação de educadores para as escolas do campo e formação técnico-profissional de níveis Médio e Superior.

² O I ENERA ocorreu em 1997, organizado pelo Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária da Universidade de Brasília (GT-RA/UnB), representantes do Setor de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Fundo das Nações Unidas para a Ciência e Cultura (UNESCO) e Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Resultado da luta pela Educação do Campo, o PRONERA construiu-se processualmente, por distintos seguimentos como os camponeses representados pelos MSC, instituições como a UFPB, o INCRA, e organizações não-governamentais (ONG's), dentre outras entidades que em seu conjunto, formam uma coletividade responsável pela elaboração e execução do Programa.

No âmbito da política da Educação do Campo esse Programa desenvolve ações mediante parcerias entre os órgãos governamentais, Instituições de Ensino Superior (IES), movimentos sociais e sindicais e, comunidades camponesas e vem se consolidando como instrumento político-pedagógico de disseminação de experiências educativas, as quais fortalecem as famílias camponesas, sobretudo, as que residem em assentamentos rurais.

Dentre as ações do PRONERA, destacam-se a educação escolar ofertada nos níveis, Fundamental, Médio, Técnico em áreas agrícolas, especialmente aquelas voltadas para as Ciências Agrárias e a formação de educadores. Oferecem ainda, cursos de Pós-graduação *latu senso*, Especialização possibilitando que jovens e adultos tenham acesso à educação em todo o território brasileiro, especialmente no Norte e Nordeste, onde nunca antes havia chegado à educação escolar.

Os princípios e pressupostos presentes nas propostas pedagógicas do PRONERA se apóiam na diversidade cultural, nos processos de interação e transformação do campo, na gestão democrática, no acesso ao avanço científico e tecnológico voltados para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária, tendo como princípios orientadores destas práticas, o diálogo, a práxis, a transdisciplinaridade e a equidade³.

A compreensão do acesso aos direitos pelos povos do campo expressa-se no esteio das lutas dos MSC como projetos de luta contra-hegemônicos, portanto, situados no embate das lutas de classes, resultadas de conflitos de classes e como esses conflitos se manifestam no âmbito do Estado, na luta por políticas públicas.

Entretanto, os embates existentes entre as classes obrigam ao Estado a tomar posições de defesa no sentido da manutenção e do respeito ao princípio constitucional da igualdade formal, institucionalizando lutas e conquistas dos MSC, no intuito de garantir o princípio da igualdade material, conquistar espaços no Estado, como expressão da conquista de espaços de democratização. Como exemplo de uma conquista dos MSC, apresenta-se a seguir, a experiência da Turma Margarida Maria Alves, do Curso de Ciências Agrárias PEC/MSC, realizado na UFPB, Campus III.

³ Cf. Manual do PRONERA (2011, p. 14-15).

3 A TURMA MARGARIDA MARIA ALVES, DO CURSO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS PEC/MSC A LUZ DO PRONERA E SUA ORGANICIDADE POLÍTICA COMO REPRESENTAÇÃO DE SUA DIVERSIDADE IDENTITÁRIA

A experiência da Turma Especial do Curso de Ciências Agrárias PEC/MSC decorreu de iniciativa dos Movimentos Sociais do Campo (MSC), tendo à frente o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Mobilizado em nível nacional promovendo e participando de debates acerca da Educação do Campo e, em conexão com o PRONERA, o MST contatou a UFPB, Campus III, especialmente, em função de outras experiências realizadas no Campus, quais sejam, os cursos de Magistério e Técnico em Agropecuária.

A UFPB, Campus III formou um grupo de trabalho composto por integrantes da UFPB e do MST responsáveis pela elaboração do projeto remetendo-o às instâncias superiores da UFPB, e desta ao PRONERA, ou, diretamente ao PRONERA para as providências necessárias à criação do Curso.

Durante todo o processo de discussão, elaboração, aprovação e execução do Curso a disputa por hegemonias se fez presente nas distintas instâncias da UFPB, bem como entre as instituições envolvidas na execução do Curso, demonstrando o embate político ideológico formado por distintos “campos de força” (RAFFESTIN, 2004), cujos discursos antagônicos reforçam, de um lado, a lógica do modo de produção vigente, e, do outro, a defesa do campesinato e da política da Educação do Campo como expressões da luta por igualdade de direitos.

As dificuldades em torno da criação de um Curso específico para o PRONERA tendo como fator limitante, especialmente, o tempo exíguo, culminou na formação de uma “Turma diferenciada”, “especial”, através do Programa Estudante Convênio/Movimentos Sociais do Campo (PEC/MSC), cuja experiência nasceu conjuntamente com a criação da Turma do Curso de História PEC/MSC, na UFPB, Campus I.

A primeira aproximação entre os Profissionais Egressos por ocasião do concurso vestibular foi o momento quando os candidatos se conheceram e foram orientados acerca da Legislação que os amparava.

Ao reconhecer as peculiaridades individuais de cada ser, percebeu-se um traço comum entre os Profissionais Egressos entrevistados que se expressava na condição de Profissional Egresso da Turma de Ciências Agrárias do PRONERA. A partir daí, buscou-se na unidade que os caracterizava, as heterogeneidades que os diferenciavam, evidenciando-os como sujeitos de direitos. Essa busca, assim como a proposta de estudo visam ampliar a

discussão acerca da igualdade de direitos e da luta por uma educação de qualidade que reconheça a igualdade dos sujeitos do campo em suas diferenças, pois de acordo com Santos (1999, p. 44) “Devemos lutar ainda, por democracia participativa, por sistemas alternativos de produção, avançar com os novos conhecimentos”.

Os estudantes que constituíram a Turma Margarida Maria Alves seus integrantes têm algumas características comuns. As principais talvez sejam duas: a de que considerável parcela teve em sua base de formação processos produtivos próprios do campo e a de que foram indicadas para o Curso pela sua participação nas Organizações e Movimentos Sociais que constituíram a parceria com esta Universidade. Contudo, a diversidade é a característica marcante que ao mesmo tempo em que demonstrou aspectos positivos, apresentou também dificuldades em torno da homogeneidade da Turma, pois segundo Relatório da UFPB, durante a Etapa 2 (Memória, julho/2005), do Tempo Escola,

Diante de tamanha diversidade a coordenação política pedagógica, teve dificuldades para lidar com essa turma e, principalmente, de criar unidade da turma. Ainda não tínhamos nenhuma experiência construída sistematicamente na Via Campesina de organização de curso com essa categoria.

Entre a homogeneidade e a heterogeneidade características do campesinato, a identidade é destacada como elemento de distinção, mas não de inferiorização. Dentre a heterogeneidade presente na composição da Turma percebeu-se algumas distinções, dentre elas, classificações citadas pelos próprios entrevistados: camponeses e ‘agregados’, a origem; a militância no sentido de participação em distintos movimentos sociais do campo ou entidades ligadas ao setor, ou a condição de não possuir vínculo com nenhuma dessas organizações; além de outras questões específicas como gênero, geração, formação escolar na Educação Básica e no Ensino Médio, e a situação conjugal e constituição familiar dos Profissionais Egressos, características a que se aludiu neste trabalho.

3.1 CAMPONESES E ‘AGREGADOS’

Para o grupo de Profissionais Egressos entrevistados considera-se como ‘agregados’ as pessoas que não sendo camponesas assentadas, sejam prioritariamente, do campo e se enquadram em uma dessas definições: amigas, conhecidas, educadoras, atuantes em áreas reformadas, contribuindo para o desenvolvimento da comunidade, condição esta última que

também pode incluir pessoas externas às áreas reformadas, desde que promotoras do desenvolvimento daquelas.

Distinta da aceção dos entrevistados, o termo ‘agregado’, de acordo com a legislação pertinente a emissão de Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Reforma Agrária (PRONAF) - (DAP)⁴ indica:

Na unidade familiar para os fins de emissão das DAP’s, [agricultor familiar] compreende o conjunto da família nuclear (marido ou companheiro, esposa ou companheira, e filhos) e eventuais **agregados(as)** que explorem o mesmo estabelecimento rural sob as mais variadas condições de posse, sob gestão estritamente da família, incluídos os casos em que o estabelecimento seja explorado por indivíduo sem família. (Grifo nosso).

Novamente, deparou-se com as ações governamentais que classificam o camponês em categorias segundo a renda e a área disponível para exploração agropecuária. Nessa aceção, os povos do campo são considerados apenas do ponto de vista da produtividade, conforme Decreto-lei Nº 7.449/1945 (BRASIL: 1945) que dispõe sobre a organização da vida rural.

No Relatório Final do Curso o INCRA/PRONERA classifica os Profissionais Egressos em três categorias, a saber: assentado, 24,25%; filho de assentado, 30,3%; agregado, 30,3%; restando 15,15% dos participantes que se abstiveram de responder.

Tabela 1 – Situação do Profissional Egresso (PE) em relação ao assentamento

Situação do PE	Número	%
Assentado	8	24,25
Filho	10	30,3
Agregado	10	30,3
Sem resposta	5	15,15
Total	33	100

Fonte: Questionário da pesquisa realizado pelo INCRA/PRONERA no ano de 2008. (INCRA/PRONERA, 2009). Total de 33 participantes. Organização: MEIRA, Iranete (Bolsista do PRONERA).

Segundo informaram alguns Profissionais Egressos entrevistados, a decisão por incluir os ‘agregados’ representou um avanço na solidariedade e no reconhecimento do conjunto da diversidade de povos do campo. O depoimento acima realizado pela PE 2 acerca da dificuldade de divulgação e de localização de candidatos ao Curso promoveu o que o Representante 1 do MSC afirmou, “uma busca apressada por interessados”, culminando na formação da Turma não apenas com a presença de filhos de camponeses de áreas reformadas,

⁴ Cf. BRASIL ([s.d], p. 2). Disponível em <http://www.agricultura.al.gov.br/programas/DAP.pdf>. Acesso em 3 de outubro de 2011.

mas de outros campos, portanto, possuíam relações diretas com outros campos ou atuavam diretamente nas ações ligadas ao campo, portanto, igualmente camponeses, conforme afirmaram os Representantes do INCRA e da UFPB.

Alguns Profissionais Egressos entrevistados demonstraram insatisfação e sensação de “ilegalidade”, alegando aqueles que se transgrediu o princípio legal do PRONERA, promovendo “injustiça” com os camponeses assentados, privando-lhes de um direito, um Programa, que lhes é pertinente, pois foram contempladas pessoas que não estavam ligadas diretamente às áreas reformadas. Para os que defendiam essa proposta, acirrava-se, simultaneamente, a contradição entre campo e cidade, bem como a competição entre os iguais, os povos do campo, respeitando-se a sua heterogeneidade.

O entendimento acerca da ampliação do público contida na Legislação constante no Manual do PRONERA (2004, p. 12), constituiu-se no momento da criação da Turma, uma luta e uma conquista de territórios simbólicos pelo reconhecimento da diversidade camponesa, bem como dos processos pelos quais perpassam na luta pela permanência na terra, ou pelo retorno a terra.

Nesse sentido, averiguou-se a origem dos candidatos inscritos no Curso quando se detectou que 30 candidatos são oriundos do campo, e 39, da cidade. No campo, advém de distintos lugares, quais sejam acampamentos, assentamentos rurais, EFA e, sítios ou comunidades tradicionais, conforme se apresenta a seguir:

Tabela 2 - Lugar de morada (origem) dos Candidatos Inscritos no Processo Seletivo do Curso de Ciências Agrárias PEC/MSC

Tipologia	Acampamento	Assentamento	Escola EFA	Sítio/ Comunidade Tradicional	Cidade
Quantidade	1	24	01	04	39

Fonte: Amostra total de 69 inscritos na seleção do Curso de Ciências Agrárias – PRONERA: 2004. Informações obtidas a partir dos Requerimentos de Inscrição para o Processo Seletivo: UFPB: 2004. Organização: Di Lorenzo: 2012.

Nesse sentido, o território se expande além da fronteira física demonstrando também que a partir das relações mediatizadas entre os seres humanos e a natureza e entre os próprios seres humanos, a concepção de campo é ampliada, podendo sair da comunidade, atingindo outras localidades, inclusive a cidade⁵. Contudo, o fato de não estar situado no assentamento rural ou em outro campo, não o destitui da identidade camponesa, pois, as relações de parentesco e proximidade são mantenedoras da coesão da classe camponesa.

⁵ Cf. estudos de Haesbaert (1999; 2002; 2004), Sousa (1993), Raffestin (2003), Fernandes (2004) e Oliveira (1981, 1991, 1998, 1986, 1987).

A luta dos MSC avançou na discussão sobre a questão, o que culminou na legalização da presença do público ‘Agregado’ através da aprovação do Manual de Operações do PRONERA (BRASIL, 2011, p. 19-20), mediante Portaria/INCRA/P/Nº 238, de 31 de maio de 2011, no item “Beneficiários do PRONERA”:

3.2. LUGAR DE ORIGEM

Quanto à origem dos Profissionais Egressos, o Projeto do Curso de Ciências Agrárias (2004, p. 02) restringe o público numa “Turma Especial para Assentamentos Rurais da Região Nordeste”. Entretanto, por decisão das instituições e entidades, houve ampliação do público atendido, constituindo a Turma Margarida Maria Alves, com Profissionais Egressos oriundos de 15 estados brasileiros, sendo 75% dos integrantes, advindos da região Nordeste. Segundo informa o Relatório Parcial, Exercício 2004 (INCRA, 2005, p. 616), os 55 aprovados advém das seguintes Unidades da Federação:

Tabela 3 - Relação de inscritos e aprovados no Curso de Ciências Agrárias PEC/MSC por região brasileira e Unidade da Federação, Brasil - 2004

Nº	Região Brasileira	Unidade da Federação	Nº de Inscritos no Processo Seletivo	Nº de estudantes aprovados	% de estudantes aprovados
01	Nordeste	BA	01	01	100
02		CE	04	04	100
03		PB	32	23	53
04		RN	04	03	75
05		PE	03	02	33
06		AL	01	01	100
07		PI	05	04	80
08		SE	05	04	80
09		MA	01	01	100
10	Sudeste	MG	02	02	100
11		ES	05	05	100
12		SP	01	01	100
13	Sul	PR	03	02	33
14		RS	01	01	100
15	Centro-Oeste	TO	01	01	100
Total	04	15	69	55	-

Fonte: Lista de Endereços, Relatório Final INCRA/PRONERA (2009), Requerimentos de Inscrição para o Processo Seletivo do Curso de Ciências Agrárias PEC/MSC (2004). Organização: DI LORENZO, 2012.

Essa composição característica do grupo representou fator de crescimento, uma vez que os Profissionais Egressos puderam conhecer costumes, culturas, tradições, modos de vida distintos, na mesma Turma. Segundo consta no Relatório Final (INCRA/PRONERA, 2009, p. 7) “o fato de o grupo ser composto por assentados oriundos de vários estados do Brasil,

propiciou a todos a oportunidade de vivenciarem e se beneficiarem de realidades e saberes diversos, dentro e fora da sala de aula”.

As diversidades presentes contribuíram para evidenciar alguns preconceitos em função dos estereótipos imputados a alguns grupos sociais, isto podendo ser expresso na dificuldade de aceitação e compreensão do outro em sua alteridade. Mas, a unidade da Turma, o sentimento de coletividade e reconhecimento de pertença à classe camponesa constituía-se como um imperativo na construção da identidade do grupo e da aceitação do outro.

3.3 MILITÂNCIA

A história dos Profissionais Egressos do Curso está intrinsecamente ligada à luta pela terra e a militância nos movimentos sociais, história que é vivida de geração em geração no campesinato. De acordo com entrevistas realizadas e informações constantes no Memorial da Turma (UFPB, 2005) constatou-se que a relação existente entre os Profissionais Egressos e os MSC, se dá, ora pela presença daqueles enquanto militantes e que se faziam presentes no cotidiano de comunidades camponesas, ora pelas primeiras aproximações de alguns quando foram convidados a participar do Curso.

Uma das condições para se inscrever no Curso estava prevista, tanto no Manual do PRONERA, como no Edital N° 020/2004 para o Processo Seletivo, segundo os quais os candidatos ao Curso deveriam apresentar “declaração de um Movimento Social do Campo, conveniado com a UFPB/INCRA, que comprove o vínculo do candidato a Programa de Educação junto a um Assentamento da Reforma Agrária, no Brasil.

No caso específico do Curso de Ciências Agrárias, considerando a declaração do MSC, todos os Profissionais Egressos apresentaram declaração advinda do MST. Quando perguntados sobre a entidade que os indicou, identificaram sete entidades distintas, e em alguns momentos, houve indicação de duas entidades simultaneamente para o mesmo Profissional Egresso, conforme se pode constatar a seguir.

Tabela 5 - Entidade Responsável pela Indicação dos Candidatos ao Curso de Ciências Agrárias

Nº	Entidade Responsável pela Indicação dos Candidatos para compor a Turma	Quantidade de PE
01	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)	34
02	Estrela Dalva	01
03	Comissão Pastoral da Terra (CPT)	05
04	Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA)	01
05	CEFFA e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)	02
06	Escolas Família Agrícola (EFA)	01
07	EFA e MST	01
08	Associação Diálogo Nordestino e CPT	01
09	MPA	01
10	Não declarou	01
TOTAL	----	48

Fonte: Memorial da Turma Margarida Maria Alves com um total de 48 participantes. Acervo da Turma. Responsável pelo Acervo: Cruz: 2005. UFPB. Fichas de Matrículas dos Estudantes. 2004. Organização das Informações: Organização: DI LORENZO: 2011.

Em relação aos movimentos e entidades distintas, destacou-se nas falas dos entrevistados a oposição existente entre as entidades MST e a CPT, demonstrando a luta por territórios, as relações de poder travadas em meio à luta pela terra e pela Educação do Campo, além de denunciar a ausência ou insuficiência de organização e acompanhamento às demandas e os reais demandantes de cursos do PRONERA.

Nas disputas simbólicas e materiais, representativas de hegemonias em disputas, a organicidade das entidades ligadas ao campo, constitui-se como elemento importante na definição e organização da Política Pública da Educação do Campo e nas formas como os sujeitos do campo constroem suas territorialidades. Nesse sentido, a compreensão de campo é abrangente, complexa e diversa como diversos são os papéis sociais dos sujeitos nos campos do território camponês.

Percebe-se então, que cada entidade ou movimento social do campo reveste-se de verdades representativas de hegemonias em disputa, e para tanto, almejam seu projeto próprio de educação para os sujeitos do campo, validando-o como superior a quaisquer outras propostas de educação e de políticas e práticas pedagógicas. No item seguinte, a discussão de gênero enfoca o debate acerca da área de Ciências Agrárias, a significância de papéis atribuídos.

3.4 GÊNERO

Ingressaram no Curso 55 (cinquenta e cinco) estudantes, dos quais, 34, ou seja, 61,82%, do sexo masculino e 21 estudantes, ou 38,18% são do sexo feminino. Todos conviviam juntos em um alojamento, uma residência alugada pelo Programa, em virtude da

realização do Curso ser intensivo e os integrantes da Turma advinham de quinze estados brasileiros.

Os primeiros contatos constituíram-se como aprendizados e desafios, pois havia a necessidade de construção da disciplina e da ordem no interior do grupo e da residência onde permaneceram por quatro anos. Nesse debate, destaca-se a questão de gênero, em um seguimento especial: o campesinato.

O termo gênero designa papéis sociais atribuídos ao homem e à mulher e não à distinção sexual do macho e da fêmea. Em se tratando da especificidade do Curso destinado aos povos da reforma agrária e complexidade da questão cultural em relação a gênero, especialmente se nos reportarmos ao campo, vê-se que o debate em torno da questão permeia os espaços do trabalho produtivo e reprodutivo na família camponesa.

Para permanecerem no Curso uma condição necessária era a convivência da Turma numa mesma residência, dividindo-se atividades, responsabilidades e os locais de descanso, ou seja, os quartos, sendo quartos para homens e quartos para mulheres. A experiência foi bastante enfatizada pelo grupo como “indispensável no crescimento e na formação do coletivo de Profissionais Egressos”.

Do total de candidatos inscritos, 65,2% são do sexo masculino. De um total de 79,7% dos aprovados, 61,8% são do sexo masculino, 61% de 41 inscritos concluíram o Curso, e a desistência se amplia, proporcionalmente, em relação ao sexo feminino com 35,7% de 14 estudantes desistentes. Portanto, o estudo mostra que no campo investigado, a inferioridade do sexo feminino amplia-se ainda, mais, especialmente, se considerarmos que o papel da mulher se insere no contexto de ‘ajuda’, ‘trabalho acessório’, ‘complementaridade’, ‘invisibilidade’.

A mulher, em geral, ainda possui papel inferior na sociedade, e como se afirmou anteriormente, nos setores relacionados às Ciências Agrárias, a educação e a formação humanas possuem traços de caráter sexista, fato que se constata na inscrição e aprovação no Curso de Ciências Agrárias – PRONERA, no ano de 2004:

Tabela 6 - Situação dos Candidatos Inscritos e Aprovados no Processo Seletivo, e de Aprovação e Desistência na Execução Curso de Ciências Agrárias - PRONERA

Situação	Candidatos ao Curso				Na Execução do Curso			
	Inscritos/ Sexo		Aprovados/ Sexo		Concluintes/ Sexo		Desistentes/ Sexo	
	M	F	M	F	M	F	M	F
Quantidade	45	24	34	21	25	16	09	05
%	65,2	34,8	61,8	38,2	61,0	39,0	64,3	35,7
Total	69		55		41		14	
% geral	100		79,7		74,5		25,5	

Fonte: Amostra total de 69 inscritos, 55 aprovados, 41 concluintes e 14 desistentes na seleção do Curso de Ciências Agrárias – PRONERA, UFPB: 2004. Informações obtidas a partir das Relações de Alunos Inscritos, do Curso de Ciências Agrárias (INCRA: 2009). Organização: Di Lorenzo, 2012.

3.5 GERAÇÃO

O termo ‘geração’ compreende cada fase da vida do ser humano. Referindo-se ao Curso de Ciências Agrárias e o PRONERA, relaciona-se ao seguimento da Educação Superior que atende predominância, a juventude do campo.

Conforme dados do IBGE (2000) há 34,1 milhões de jovens no Brasil, e se considerarmos o padrão etário adotado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), cuja faixa etária é de 15 a 24 anos, corresponde a 20,1% do total da população, e destes, 5,9 milhões, ou seja, 17,3% residem no campo.

Na Lista de Endereços dos Profissionais Egressos contou-se o tempo em períodos distintos, quais sejam no período de realização do Curso (2004-2008) e no período Pós-Curso (2008-2012), utilizando-nos de padrões diferenciados de faixa etária do IPEA (15-29 anos) e CUT/CONTAG (15-32 anos) e representou-se no Tabela 7.

Tabela 7 - Idade dos Profissionais Egressos (PE) e Classificação na Categoria Juventude Rural segundo Indicadores do IPEA e CUT/CONTAG

Nº	Período	Ano de Nascimento	Durante o Curso					Pós-Curso				Nº de PE	
			Idade do PE no ingresso do Curso (anos)	Quantidade de PE/ Indicadores		Conclusão do Curso		2012 (final da pesquisa)					
				IPEA	CUT/CONTAG	Idade do PE na conclusão do Curso (anos)	Quantidade de PE/ Indicadores		Idade do PE (anos)	Quantidade/ Indicadores			
							IPEA	CUT/CONTAG		IPEA	CUT/CONTAG		
01	1974	30	45	48	34	08	04	37	26	08	3		
02	1975	29			33			34			36	35	1
03	1976	28			32							34	2
04	1977	27			31								1
05	1978	26			30	40	44	33			1		
06	1979	25			29			5					
07	1980	24			28	22	40	31	7				
08	1981	23			27			6					
09	1982	22			26			3					
10	1983	21			25	25	26	28	6				
11	1984	20			24			4					
12	1985	19			23			4					
13	1986	18			22	25	5						
TOTAL	-	-	48	48	-	48	48	-	48	48	48		

Fonte: Idade dos Profissionais Egressos (PE) e classificação na categoria juventude rural segundo Indicadores do IPEA e CUT/CONTAG. BRASIL (2005). Para um total de 48 PE contidos na Lista de Endereços. Dados organizados por Di Lorenzo: 2011.

Do exposto na Tabela 7, no período inicial do Curso, o número de Profissionais Egressos contidos na Lista de Endereços, num total de 48, dos quais, 45 são considerados pelo IPEA como jovens rurais, e, se considerarmos o Indicador da CUT/CONTAG, 100% dos Profissionais Egressos são considerados jovens. Já no período de conclusão do Curso, esses números são de 40 e 44 para o IPEA e CUT/CONTAG, respectivamente. Considerando que nossa investigação de pesquisa encerra-se no ano de 2012, esses números sofrem sensível redução, sendo ainda considerado expressivo com 22 jovens na classificação do IPEA e, 40 jovens para a CUT/CONTAG.

3.6 TRAJETÓRIAS, PROFISSIONAL E ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A diversidade cultural, profissional e de formação política, constitutivas da Turma, condicionaram a organicidade interna dos educandos marcada pela construção de identidades individual e coletiva, camponesas.

Contudo, desde os primeiros contatos dos Inscritos no Curso e nos registros escritos constantes no Memorial da Turma (UFPB: 2005) há situações de desagrado, sentimento de inferioridade e injustiça praticado contra os camponeses. A causa se explica na educação que lhes fora ofertada, conseqüentemente, na educação que não tiveram direito, a Educação do Campo.

A formação escolar obtida pelos Profissionais Egressos em sua maioria tem sua origem na escola pública. Dos 69 inscritos no Curso, 15 não informaram a origem da formação escolar e, 54 advêm de escolas públicas⁶. Desses 54, três concluíram a segunda fase do Ensino Fundamental no Ensino Supletivo, três no Seminário de instituições ligadas a Igreja Católica e dois, afirmam que nos anos iniciais aprenderam a ler e escrever com membros da família, devido à ausência de escolas em suas comunidades.

Dentre as experiências educacionais vivenciadas pelos Profissionais Egressos entrevistados, houve depoimentos de desagrado em relação ao ensino público a que tiveram acesso, especialmente as condições precárias de formação de professores, de infraestrutura deficitária, itinerância em áreas de acampamentos rurais e, dificuldades de acesso e permanência na escola, dentre outras. Contudo, destacou-se a importância dos MSC que culminou no convite ao Curso.

⁶ Cf. Memorial da Turma (UFPB: 2004) e Diplomas Escolares dos Profissionais Egressos de um total de 69 candidatos ao Curso. UFPB (2004). Organizado por Di Lorenzo em novembro de 2012..

Analisou-se 64 documentos [Currículos Escolares e Diplomas de conclusão de Ensino Médio dos inscritos no Curso e constatou-se que 52 inscritos concluíram o Ensino Médio em escolas públicas e 12, em escolas particulares, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 8 - Lugar de Formação dos Profissionais Egressos no Ensino Médio

Ensino médio				
Nº	Escola pública		Escola particular	
	Modalidade	Quantidade	Modalidade	Quantidade
01	Escola Estadual (Normal)	29	Normal	4
02	ITERRA (Ensino Supletivo)	3	Técnico em Contabilidade	3
03	EFA	4	Magistério	5
04	Universidade (Ensino Agrícola)	13	-	-
05	Universidade (Normal)	1	-	-
06	Escola Estadual (Técnico em Agropecuária)	2	-	-
Total	6	52	3	12

Fonte: Currículos e Diplomas Escolares dos Profissionais Egressos de um total de 64 documentos dos candidatos ao Curso. UFPB (2004). Os demais documentos não apresentavam informações sobre a conclusão do Ensino Médio. Org.: Di Lorenzo, Nov./2012.

Quanto a Unidade da Federação onde concluíram o Ensino Médio, tem-se a seguinte tabela para os 68 candidatos ao Curso:

Tabela 9 - Origem de Formação dos Profissionais Egressos no Ensino Médio

Nº	Região Brasileira	Unidade da Federação	Nº de PE
01	Nordeste	Paraíba	28
02		Sergipe	5
03		Rio Grande do Norte	4
04		Pernambuco	3
05		Bahia	1
06		Piauí	3
07		Ceará	4
08		Maranhão	1
Sub-total	-	-	49
09	Sudeste	Espírito Santo	6
10		São Paulo	2
11		Minas Gerais	2
Sub-total	-	-	10
12	Centro-Oeste	Tocantins	2
13		Mato Grosso do Sul	2
Sub-total	-	-	4
14	Sul	Paraná	1
15		Rio Grande do Sul	4
Total	4	15	68

Fonte: Diplomas Escolares dos Profissionais Egressos de um total de 68 candidatos inscritos no Curso. UFPB (2004). Org.: Di Lorenzo, Nov./2012.

No tocante ao período entre a conclusão do Ensino Médio e a inscrição e/ou o ingresso no Ensino Superior (Tabela 10), há um fator a considerar em relação ao período de

tempo em que o jovem ou adulto permanece fora da escola, seja como período de encerramento dos estudos no Ensino Médio e a não continuidade desses, seja aguardando oportunidades para ingressar na universidade. Divididos por períodos de tempo observou-se que na medida em que se distancia o período de conclusão do Ensino Médio até o ingresso no Ensino Superior o índice de aprovados vai diminuindo sensivelmente, ou seja, a variação entre a faixa 0-1 a 2-3 é de 8%; 2-3 a 4-5 é 18%; 4-5 a 6-7, permanece estável e, 6-7 a 10-21 é de 25%, conforme se depreende a seguir.

Tabela 10 - Período (anos) entre a Conclusão do Ensino Médio e a Inscrição e/ou Ingresso no Ensino Superior

Período (anos)	Quantidade de Inscritos	Quantidade de Aprovados	Nº de Aprovados/ Nº de Inscritos (%)	Δx (%)*
0 - 1	33	29	88	-
2 - 3	16	13	81,2	8
4 - 5	12	8	66,7	18
6 - 7	6	4	66,7	0
10 - 21	2	1	50	25
TOTAL	69	55	-	-

Fonte: Diplomas Escolares dos Profissionais Egressos de um total de 69 candidatos inscritos no Curso. UFPB (2004). Organizado por Di Lorenzo em novembro de 2012. *A variação (Δx) foi obtida entre as faixas dos períodos considerados (valor considerado entre uma e outra faixa).

Ainda de acordo com o Memorial da Turma (UFPB, Etapa 2: 2005), o qual serviu, posteriormente, como objeto de TCC da Profissional Egressa Maria José Gomes da Cruz⁷ ([s.d.], p. 25) a turma era composta por:

- Educandos que desenvolviam atividades políticas e de militância em suas organizações [entidades ligadas aos MSC];
- Educandos com conhecimento em pedagogia da alternância e Educação do Campo;
- Educandos formados em Magistério, pelo MST e outros, formados pelo Curso Normal, Ensino Médio;
- Técnicos agropecuários;
- Professores;

A multiplicidade de formações proporcionou à Turma “a diversidade cultural e a formação política dos educandos, nas quais o processo de construção da identidade da Turma teve como base a diversidade de idéias dentro da coletividade e a convivência dos próprios educandos”. A partir dessas informações constatou-se que os Profissionais Egressos realizam atividades relacionadas ao campo, tais como educação, militância em movimentos sociais e assistência técnica, vínculos esses, via de regra, fortalecidos pela formação obtida no Curso.

⁷ O referido TCC encontra-se em fase de elaboração e conclusão prevista para o ano de 2012. A autora está coorientando a Profissional Egressa juntamente com o Orientador, o Professor Dr. Marcos Barros de Medeiros, Coordenador do Curso de Ciências Agrárias, UFPB, Campus III, Bananeiras - PB.

3.7 SITUAÇÃO CONJUGAL E CONSTITUIÇÃO FAMILIAR

O Curso foi desenvolvido sob o regime intensivo, ou seja, o grupo de estudantes permaneceria por todo o Tempo Comunidade residindo em local específico para a Turma, pois conforme o Manual do PRONERA (INCRA/PRONERA, 2004, p. 36) os educandos “devem ter disponibilidade para participar dos cursos de formação”.

O grupo se constituiu com a presença de pessoas solteiras, casadas, com ou sem filhos, estes últimos, presentes ou ausentes no local onde residiam os Profissionais Egressos durante o Tempo Escola. De acordo com a Profissional Egressa 8 (2011), município de Guarabira – PB, “a minoria chegou lá casado e aí com o passar desse tempo, e depois da primeira etapa já surgiu umas grávidas lá, e na segunda etapa, já surgiu crianças, e aí, segunda e terceira etapa, já foi pessoas chegando com suas alianças no dedo, já chegaram no curso casados”.

Para aqueles que dispunham de filhos, uma novidade para a Academia, por decisão dos MSC construiu-se o projeto ‘Ciranda Infantil’, custeado por esse movimento, e consistiu na criação de um espaço físico, para o desenvolvimento de práticas pedagógicas, próximo do convívio dos Profissionais Egressos, destinado a abrigar as crianças, filhos e filhas desses Profissionais durante o período de aulas. Esse projeto se insere nas propostas de Educação do Campo como prática pedagógica, pois atende ao princípio da diversidade dos sujeitos do campo, enaltecendo, sobretudo a questão de gênero, e nela, o papel da mulher e suas necessidades e direitos no contexto da maternidade e acompanhamento aos filhos, podendo ocorrer também com os homens, pois alguns são responsáveis por acompanhar os filhos, na ausência da mãe.

4 CONSIDERAÇÕES

A dinâmica desses jovens era consideravelmente diversificada, especialmente se considerarmos que os mesmos residiam juntos e estudavam em período de alternância no Tempo Escola e Tempo Comunidade. A diversidade que os caracteriza conforma a identidade característica do campesinato brasileiro.

A convivência em meio a heterogeneidade que os representava contribuiu para a minimização dos pré-conceitos existentes, da formação de uma unidade na heterogeneidade, bem como no fortalecimento do Curso mediante a organicidade interna promovida através dos

aspectos político e pedagógico presentes no Curso e na metodologia adotada: a alternância de tempos e espaços diferenciados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo.** Brasília: CNE/MEC, 2002.

_____. **Diretrizes Operacionais para a Ed. Básica das Escolas do Campo.** 2002.

_____. **Parecer CNE/CEB 1/2006.** Brasília: 2006.

_____. **Manual de Avaliação do PRONERA.** Brasília: PRONERA, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espacialização e Territorialização da Luta pela Terra: A Formação do MST.** São Paulo: mimeo, 1994.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão Social e a Nova Desigualdade.** São Paulo: Paulus, 1997.

MOLINA, Mônica Castagna & JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de. **Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo.** Brasília/DF: Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo”, 2004.